

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.v16e1202187-99>

Recebido em 27/02/2021. Aprovado em 18/06/2021.

AS FUNÇÕES DA PALAVRA: A COMUNICAÇÃO DA *DABAR** PELO *LOGOS* NAS NARRATIVAS EVANGÉLICAS THE FUNCTIONS OF THE WORD: THE *DABAR* COMMUNICATION BY THE *LOGOS* IN THE EVANGELICAL NARRATIVES

João Bartolomeu Rodrigues**

Levi Leonido***

Elsa Morgado****

Resumo: *A palavra enquanto instrumento de comunicação, no Novo Testamento, na sequência da tradição veterotestamentária, onde a criação do mundo resulta da obediência ao ato declarativo, do fiat (faça-se) divino, onde a Dabar (Palavra) aparece como entidade criadora, tornando-se o instrumento de comunicação, por excelência, entre Deus e o seu povo, até ao Novo Testamento em que o Logos (Palavra) se identifica com o próprio Deus que incarna e se faz homem. A polissemia da palavra de Deus assume as funções da palavra humana, como palavra incarnada dirigida aos homens, convertendo-se no principal instrumento de comunicação evangélica, consignada nas narrativas neotestamentárias.*

Palavras-chave: *Palavra. Comunicação. Evangelho. Linguagem.*

Abstract: *The role of the word, as a communication tool in the New Testament, following the Old Testament tradition, where the creation of the world results from the obedience to the declarative act of the divine fiat, where the Dabar appears as a creative entity, becoming the communication tool between God and his people, until the New Testament in which the Logos is identified with God himself incarnating and becoming man. The polysemy of the God's word is an incarnate word addressed to the men, becoming the main Gospel communication tool, as recorded in the New Testament narratives.*

Keywords: *Word. Communication. Gospel. Language.*

INTRODUÇÃO

A reflexão acerca da temática da “palavra”, no *Novo Testamento*, enquanto instrumento de comunicação, encontra a sua justificação no fato de ser uma realidade profundamente humana, tornando-se porventura um dos meios mais eficazes na relação interpessoal. Autores como Vieira e Teixeira (2002, p. 5) salientam que

* Termo técnico hebraico usado na Bíblia hebraica para designar a “Palavra de Deus”.

** Doutor em Educação. Mestre em Cultura Portuguesa. Professor Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, Porto, Portugal. E-mail: jbarto@utad.pt.

*** Doutor em Educação. Investigador do Centro de Investigação em Ciências e Tecnologia das artes da universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal. Professor Auxiliar com Agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal. E-mail: levileon@utad.pt.

**** Doutora em Ciências da Educação. Investigadora da Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos, Braga, Portugal. Professora do Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal. E-mail: emorgado@ucp.pt.

a polissemia da palavra ler é um indicador da riqueza que o conceito subjacente encerra. Lemos de muitas formas, através de diversos meios e com finalidades diferentes. Lemos sinais de aviso, de antecipação e de cumplicidade, lemos o sentido de gestos, de entoações e de silêncios, lemos notações e indicadores de projectos e de trajectos, lemos a nossa própria escrita e o que outros escreveram...

A *Bíblia*, ou se quisermos, a *Palavra de Deus*, pode ser apreendida como a narrativa que rege as relações entre Deus e o Seu Povo: “tendo Deus falado outrora aos nossos pais, muitas vezes e de muitas maneiras, pelos profetas, agora falou-nos nestes últimos tempos pelo Filho (...)” (Heb 1,1-2)¹. Norteados para a plenitude da revelação do mistério de Deus, a Palavra Evangélica debate-se, pois, frequentemente, com a necessidade intrínseca de circunscrever as fronteiras de uma realidade profundamente infável. Basta esta constatação para perceber que uma análise séria dos textos evangélicos não só não prescindem de uma hermenêutica subsidiária dos instrumentos retóricos usados pelos evangelistas quando da redação dos evangelhos, como a reclamam; o mesmo é válido para os textos subsequentes que os prolongam no tempo, com a estrita finalidade de os aclarar ou divulgar.

A toda nossa investigação esteve subjacente um triângulo retórico, constituído pelos três ângulos evidenciados na figura seguinte:

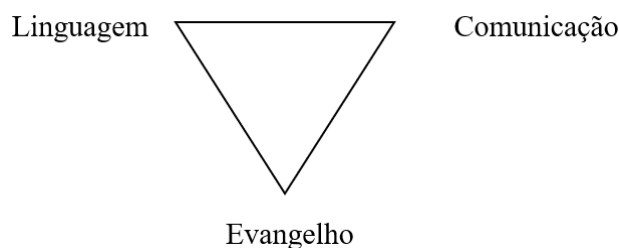


Figura 1 – Triângulo retórico

Fonte: Autores

Existindo uma dupla implicação entre eles - a conceptual e a funcional (REI, 1996): a conceptual (segundo a qual a natureza e a compreensão de um dos ângulos pressupõe a existência e natureza dos outros) e a funcional (de acordo com a qual a difusão da mensagem evangélica, historicamente, apoiar-se-á no funcionamento e no papel representado por cada uma dessas realidades). Olhar o Evangelho² e a sua difusão, na perspectiva da comunicação, e perceber os contornos e as funções que a “Palavra” e as “palavras” assumiram na difusão da mensagem jesuânica, acolhida e consignada por escrito pelos seus discípulos na forma de *Evangelhos*, *Actos* e *Cartas* ou *Epistolas*, eis o desafio que decidimos enfrentar.

¹ Abreviaturas dos livros bíblicos usados (**Ge** do livro do Génesis; **Jo** do Evangelho de João; **Heb** da Carta aos Hebreus; **Ex** do livro de Êxodo; **Lv** do Levítico; **Mt** do Evangelho de Mateus; **Lc** do Evangelho de Lucas; **Act** do Livro dos Actos dos Apóstolos; **Mc** do Evangelho de Marcos; **Gal** da Carta aos Gálatas).

² O uso do vocábulo “Evangelho” deve ser entendido *in grosso modo*, não como um livro ou o conjunto dos quatro livros, conhecidos como Evangelhos, mas como a mensagem veiculada em todo o *Novo Testamento*. Os casos em que o substantivo refere um livro, está devidamente identificado com o nome do evangelista que lhe empresta o nome (Mateus, Marcos, Lucas ou João).

1 A DABAR: PALAVRA HUMANA OU DIVINA?

Um dos postulados basilares do pensamento cristão, cuja autenticidade não cai no escopo deste trabalho, é que a figura de Jesus de Nazaré se apresentou aos seus como “Palavra de Deus”, ou seja, o *Logos* que era no princípio (Jo 1,1) encarnou na pessoa de Jesus. Deus, não revelou apenas a sua Palavra, deu-se a conhecer na figura do Seu filho, como Palavra (*Logos*); e fê-lo da forma mais profunda que possamos imaginar, aparecendo como carne, de acordo com a afirmação do IV Evangelista: “o Verbo fez-se carne, e habitou entre nós, e nós vimos a sua glória, glória que ele tem junto ao Pai como filho único, cheio de graça e de verdade” (Jo 1,14).

Esta descoberta, este encontro, constitui, certamente, o fundamento da experiência de quantos se sentiram tocados e interpelados pela figura de Jesus de Nazaré e da sua mensagem.

No introito da carta endereçada aos Hebreus, na continuidade da mensagem veiculada pela pena dos profetas (através de quem Deus fala ao seu povo), Jesus de Nazaré apresenta-se aos seus como a derradeira palavra de Deus. Aparece como a última, não só na ordem do tempo, mas porque está profundamente investida da autoridade de Deus, e, nesse sentido, é a palavra definitiva de Deus: “tendo Deus falado outrora aos nossos pais, muitas vezes e de muitas maneiras, pelos profetas, agora falou-nos nestes últimos tempos pelo Filho, a Quem constituiu herdeiro de tudo e por Quem igualmente criou o mundo” (Heb 1,1s).

A novidade que o Evangelho arrasta consigo, “consiste, pois, no facto de a hipótese *Se Deus toma a palavra se converter na tese: Deus fez-se palavra, e concretamente em Jesus de Nazaré*. Ele é a palavra de Deus. Essa tese encontra o seu fundamento na experiência e testemunho daqueles que estiveram em contacto com ele” (BEINERT, 1981, p. 9).

No *Antigo Testamento*, geralmente, não encontramos Deus a tomar a palavra diretamente: “a Sua Palavra é comunicada através de um intermediário, segundo a linguagem humana; e o relato da mensagem de Deus com os seus interlocutores é sempre redigido por homens” (MANNUCCI, 1986. pp. 15-16). Neste sentido, o ato comunicativo que encontramos no Evangelho é similar ao que encontramos no *Antigo Testamento*: é pela boca de Jesus de Nazaré que Deus se dirige ao seu povo; a mesma mensagem é, posteriormente, registada por escrito pelos evangelistas. É neste contexto que devemos entender a afirmação do Concílio Vaticano II, quando, na Constituição Dogmática *Dei Verbum*, refere: “as palavras de Deus, com efeito, expressas por línguas humanas, tornaram-se intimamente semelhantes à linguagem humana, como outrora o Verbo do eterno Pai se assemelhou aos homens tomando a carne da fraqueza humana” (*Dei Verbum*, 13). O cunho profundamente humano do Evangelho é revelador da profundidade do mistério de Deus e da sua ‘filantropia’. Jesus ao fazer uso da sua linguagem, “comunica com o seu povo, faz-se compreender e, simultaneamente, restitui à linguagem humana a sua autenticidade” (MANNUCCI, 1986, p.16).

2 AS FUNÇÕES DA PALAVRA

Batista Mondim é perentório ao identificar as “três principais características da linguagem humana: informação, expressão e apelo” (Mondim,1980, p. 157). A *informação* interage com a história, o mundo e a natureza; a segunda característica - a *expressão* - relaciona-se com o próprio ser humano, onde o “eu falante” se expressa comunicando-se ou comunicando algo de si; e, finalmente, no que concerne à relação com os outros, surge como *apelo*. Importa referir que este conjunto de funções não surge em estado puro. Elas surgem e “funcionam enleadas, reciprocamente condicionadas; o que podemos fazer diante de uma unidade de linguagem é distinguir o seu carácter de símbolo (informação, apresentação), de *sintoma* (expressão de interioridade) e de *sinal* (apelo ao outro)” (SCHÖKEL, 1978, p. 119).

Contudo, esta classificação das funções da linguagem não coincide com a classificação apresentada por Roman Jakobson, em *Essais de Linguistique Général* (1963), o qual além do papel reflexivo da linguagem, apresenta ainda mais cinco funções: emotiva, apelativa, referencial, poética e fática. É importante referir que a interpretação e compreensão do Evangelho, enquanto narrativa, não só admite como reclama que esta distinção e apreensão das funções da palavra seja feita na sua especificidade. A redução da palavra à função especificamente informativa, resulta num empobrecimento das possibilidades que a multiplicidade de funções pode potenciar ao ato comunicativo.

2.1 A PALAVRA: “INFORMAÇÃO”

É sobejamente consabido que uma das funções da palavra é informar: dá-nos informações de pessoas, coisas, acontecimentos e situações. Geralmente, utiliza verbos na terceira pessoa e recorre ao modo indicativo. Das funções supra referidas, a “informação é a que se apresenta como mais objetiva, sendo própria sobretudo da ciência, da didática e da historiografia” (MANNUCCI, 1986, p. 18).

A objetividade da informação tende a ser uma das marcas distintivas da linguagem das *ciências* exatas: revela-se como técnica, perfeitamente inteligível, a quem se familiariza com tal linguagem. As narrativas neotestamentárias não são obras científicas, nem ferramentas de uma qualquer ciência, assim, essa objetividade “científica”³ não é marca distintiva das narrativas evangélicas; aparece, mais frequentemente, uma certa subjetividade que reclama um conjunto de ferramentas hermenêuticas: “*porque lhes falas em parábolas? Respondendo disse-lhes: A vós é dado conhecer os mistérios do reino dos céus, mas a eles não lhes é dado. (...) É por isso que lhes falo em parábolas; pois vêem sem ver e ouvem sem ouvir*” (Mt 13, 10-11.13); a mesma ideia encontramos-la em *São João*: “cegou-lhes os olhos e embotou-lhes o espírito, a fim de não verem com os olhos e não entenderem com o espírito (...)” (Jo 12, 40).

³Entendemos a palavra “científica” no sentido que o positivismo lhe atribui, ou seja, referimo-nos ao critério verificacionista, defendido pelos empiristas, segundo o qual só é verdadeiro o conhecimento que se baseie nos dados dos sentidos e seja verificável empiricamente.

No que concerne à linguagem didática, importa referir que o carácter objetivo da informação resulta de uma exigência formativa de que se reveste todo o ensinamento doutrinal: “a função didática ou doutrinal da palavra, com sua boa dose de linguagem ‘técnica’, é fundamental na própria revelação bíblica” (MANNUCCI, 1986, p.18). Se atendermos à narrativa que suporta o diálogo em que Jesus responde à pergunta do jovem rico, que o interrogara sobre o que teria de fazer para conseguir alcançar a vida eterna, Jesus responde-lhe com toda a clareza e objetividade em tom didático, nos seguintes termos:

Mas se queres entrar na vida eterna, cumpre os mandamentos. - Quais?, perguntou ele. Retorquiu Jesus: -Não matarás; não cometerás adultério; não roubarás; não levantarás falso testemunho; (Ex 20, 13-16; Lv 16-18); honra teu pai e tua mãe; e ainda amarás o teu próximo como a ti mesmo (Mt 19, 17-20).

Este aspeto didático surge com toda a clareza no sermão da montanha. A citação que se segue evidencia bem o carácter objetivo da função informativa da palavra, na linguagem didática, colocada na boca de Jesus,

Tomando a palavra, Jesus respondeu: - Certo homem descia de Jerusalém para Jericó e caiu em poder dos salteadores, que, depois de o despojarem e encherem de pancadas, o abandonaram, deixando-o meio morto. Por coincidência descia por aquele caminho um sacerdote, que ao vê-lo, passou ao largo. Do mesmo modo, também um levita passou por aquele lugar e, ao vê-lo, passou adiante. Mas um samaritano que ia de viagem, chegou ao pé dele e, vendo-o encheu-se de piedade. Aproximou-se, ligou-lhe as feridas, deitando nelas azeite e vinho, colocou-o sobre a sua própria montada, levou-o para uma estalagem e cuidou dele. No dia seguinte, tirando dois denários, deu-os ao estalajadeiro, dizendo: “- trata bem dele e o que gastares a mais, pagar-to-ei quando voltar”. Qual destes três te parece ter sido o próximo daquele homem que caiu nas mãos dos salteadores? Respondeu: - O que usou de misericórdia para com ele. Jesus retorquiu: - Vai e faz tu também do mesmo modo (Lc 10, 30-37).

No que concerne à linguagem historiográfica, onde a narrativa dos acontecimentos jamais poderá reduzir-se à reprodução “neutral” dos mesmos acontecimentos, reclama-se uma releitura e uma reinterpretação pessoal dos fatos que sustentam a narrativa. A neutralidade do acontecimento narrado carece de ser revitalizada pela força intrínseca da palavra. Quer isto dizer que a “objetividade” do acontecimento não só acolhe um determinado grau de subjetividade, no que concerne ao exercício interpretativo do historiador, como a reclama. Os Sinópticos, em geral, e o Evangelho de Lucas, em particular, são paradigmas que ilustram na perfeição a afirmação que acabamos de produzir. O III Evangelista abre a narrativa evangélica com o seguinte prólogo, afirmando:

Já que muitos empreenderam compor uma narração dos factos que entre nós se consumaram, como no-los transmitiram os que desde o princípio foram testemunhas oculares e se tornaram servidores da Palavra, resolvi eu também, depois de tudo ter investigado cuidadosamente desde a origem, expor-vos por escrito e pela sua ordem, ilustre Teófilo, a fim de que reconheças a solidez da doutrina em que foste instruído (Lc 1, 1-4).

O presente prólogo manifesta a intencionalidade do seu autor: de tudo investigar “cuidadosamente desde a origem”. Apesar do Evangelho não ser uma narrativa historiográfica, o evangelista Lucas está plenamente consciente de que os conteúdos da sua narrativa têm como fundamento a figura histórica de Jesus de Nazaré e, por isso mesmo, declara a sua preocupação em transmitir “o dado objectivo de verdades reveladas, oferecidas ao assentimento intelectual” (MANNUCCI, 1986, p. 19). A referência de Lucas ao edital emanado por parte de César Augusto, que obrigava toda a terra a recensear-se (Lc 2, 1; Act 5,37), serve para enquadrar historicamente o nascimento de Jesus. Porém, a mudança de estilo que Lucas opera imediatamente a seguir ao prólogo é sintoma demasiado claro para perceber que o III Evangelista não se comporta como um historiador moderno; o evangelista abandona, desta feita, o dado objetivo do historiador e coloca na boca de um anjo as palavras que anunciam o nascimento de Jesus: “disse-lhes o anjo: ‘não temais, pois vos anuncio uma grande alegria, que o será para todo o povo (...) nasceu-vos um Salvador, que é o Messias Senhor’” (Lc 2, 10-11).

2.2 A PALAVRA: “EXPRESSÃO”⁴

O simples ato de falar confere ao sujeito falante a capacidade deste se expressar e consequentemente dizer algo de si e comunicar-se aos outros. Neste contexto, a primeira nota digna de registo refere-se ao fato do sujeito se expressar geralmente na primeira pessoa do singular. Expressar-se e dizer algo de si significa sair de si mesmo, retirar o véu que esconde o ser e permitir que “o outro” penetre no santuário da sua identidade.

Neste contexto, e no que se refere aos sinóticos, encontramos duas atitudes diametralmente opostas: a primeira, que no Evangelho de Marcos se encontra ao longo da primeira parte do Evangelho (Mc 1, 9 a 8, 26), Jesus nunca fala de si, nem permite que outros façam qualquer referência à sua identidade; na segunda parte (Mc 9 - 16), Jesus parece mudar de estratégia: deixa, por um lado, que os discípulos façam uso dos títulos reveladores da sua identidade e, por outro, é o próprio Jesus que os usa, dando-se assim a conhecer mais intimamente aos seus. (Mc 9, 31; Lc 9, 22; Mt 20, 19).

Mas é no *IV Evangelho* que Jesus mais se manifesta, mais se revela e dá a conhecer a sua identidade. João retoma do livro do *Êxodo* o apotegma javista “Eu sou” (Ex 3,14)⁵, do qual Deus se serviu para se revelar a Moisés, e usa-o reiteradamente ao longo da narrativa evangélica, com a mesma finalidade expressa no livro do *Êxodo*: manifestação de Deus aos homens da sua identidade divina.

Em Cafarnaum, num discurso que acontece na sinagoga, Jesus recorre ao apotegma *Eu sou* e apresenta-se, dizendo: “Eu sou o pão da vida” (Jo 6, 35. 48. 51), Jesus, neste momento, manifesta-se como alimento, assim como noutras ocasiões se manifesta como luz, quando afirma: “Eu sou a luz do mundo” (Jo 8, 13; 9, 5; 12, 46). O apotegma “Eu sou” é usado, no mesmo discurso, duas vezes, tendo “o bom pastor” como nome predicativo do sujeito (Jo 10, 11. 14).

⁴ Esta função (expressão) corresponde à função emotiva apresentada por Roman Jakobson (1963).

⁵ Deus disse a Moisés: “Responderás o seguinte: - Eu sou Aquele que sou” (Ex 3,14).

No contexto dramático da morte e ressurreição de Lázaro, situada no capítulo 11 do *IV Evangelho*, recuperamos o diálogo de Marta com Jesus, onde este lhe diz: “Eu sou a Ressurreição e a Vida”; num dos discursos designados de discursos do “adeus”, à inquirição de Tomé, sobre o desconhecimento do caminho, a resposta de Jesus surpreendeu Tomé com a metáfora: “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14, 6).

A alegoria da videira é usada por Jesus em duas situações para manifestar a sua identidade: “Eu sou a videira” (Jo 15, 1. 5). No horto das oliveiras, no momento em que ocorre a prisão de Jesus, durante o diálogo com os guardas que o interrogam acerca da sua identidade, Jesus responde-lhes três vezes: “sou Eu” (Jo 18, 5. 7. 8). Embora na língua portuguesa, e de acordo com a tradução que usamos, a ordem dos elementos da frase varie, o significado é igual ao dos contextos anteriores. Na língua grega a fórmula permanece inalterável: Λῆγει αὐτοῖς, 'Εγὲ ε,mi (Disse-lhes: Eu sou) (Jo 18, 5).

“Eu sou” foi a “palavra”, a afirmação, o dito ou o apotegma mais expressivo a que Jesus recorreu para se revelar, dando a conhecer a relação íntima que mantinha com o Deus Pai.

2.3 A PALAVRA: “APELO”

“O homem fala ‘o’ mundo, faz emergir o ser e o devir, mas não fala ‘ao’ mundo. A palavra humana, por sua natureza, busca o outro, porque o homem é relação” (MANNUCCI, 1986, p. 20). Nesta função apelativa, o sujeito apresenta-se como um “tu”, acompanhado, geralmente, por um verbo no modo imperativo. Recordemos o exercício de Adão que assume a função da atribuição dos nomes aos animais. Adão dá o nome aos animais, mas jamais fala ou comunica com os animais. Adão (homem) é chamado, a partir daquele momento, a viver na relação com um ente que seja próximo na semelhança (Gn 2,18); e essa relação, entre um “eu” e um “tu” será, necessariamente, mediada pela palavra.

A função apelativa, característica do discurso publicitário, surge com frequência nalgumas formas literárias que aparecem disseminadas nos Evangelhos, como a “ordem”, o “chamamento” e a “vocação”.

No ensinamento doutrinal dos “dois caminhos”, Jesus previne os seus seguidores próximos, bem como a multidão nos seguintes termos: “Entrai pela porta estreita, porque larga é a porta e espaçoso é o caminho que conduz à perdição, e muitos são os que seguem por ele. Como é estreita a porta e quão apertado é o caminho que conduz à vida, e como são poucos os que o encontram!” (Mt 7, 13-14). No chamamento de Levi, Jesus, interpela-o no modo imperativo, dizendo-lhe: “-Segue-Me” (Mt 5, 27).

No âmbito da pesca milagrosa, Pedro recebe de Jesus a seguinte indicação: “faze-te ao largo; [e aos companheiros ordena] e vós lançai as redes para a pesca” [e diz de novo a Simão]: “- não tenhas receio; de futuro, serás pescador de homens” (Mt 5, 4. 10). Na sequência da cura de um leproso, Jesus, depois de lhe impor silêncio, disse-lhe: “vai, (...) mostra-te ao sacerdote e oferece pela tua purificação o que Moisés ordenou, para lhes servir de testemunho” (Lc 5, 15). Foi, também, na sequência de um debate com os escribas e fariseus, acerca do poder de perdoar os pecados, que Jesus disse a um paralítico: “levanta-te, pega na tua enxerga e vai para tua casa” (Lc 5, 24).

A palavra surge como “apelo”, porque se dirige sempre a alguém e reclama desse alguém uma resposta; mesmo a recusa inusitada e ciente da comunicação envolve, de alguma forma, a saudade de uma verdadeira comunicação.

2.4 A PALAVRA SITUADA

O Evangelho, enquanto Palavra, não é uma palavra abstrata, mas uma palavra situada, uma palavra claramente dirigida a seres humanos concretos, em contextos e ambientes singulares. Por isso, impõe-se a questão: qual o eco, a ressonância que tais palavras produziram nos seus destinatários? Esta pergunta parte do pressuposto que o ser humano só poderá responder verdadeiramente a Deus, na justa medida em que este possa garantir que Deus fala efetivamente e que a fé autorize que Deus faça uso da palavra. Não pretendemos invadir o campo epistemológico da teologia, nem tão-pouco abordar os conteúdos da fé. No entanto, é nossa convicção que a fé emerge como pressuposto fundamental do contexto vital em que o Evangelho nasceu e foi difundido. Prescindir deste pressuposto fundamental, mesmo para uma abordagem na área dos estudos culturais, significa tão-somente alienar o ambiente vital em que os textos nasceram e comprometer a análise da investigação. É neste âmbito que (BOUYER, 1974) nos recorda que o Evangelho reclama uma abordagem, a partir do seu *sitz im leben*, ou seja,

da experiência da palavra humana na própria vida dos homens. Tal palavra, com efeito, não é, apenas, informativa; ela é essencialmente dialógica, é um diálogo vital entre um eu divino e um humano, destinatário da mesma palavra. Esta é, portanto, ação e, mais precisamente, intervenção daquele que fala na vida daqueles a quem se dirige (RODRIGUES, 2004, p. 196).

Mas, qual o ambiente vital em que emerge a “palavra” no Evangelho? *In grosso modo*, a chave que nos possibilita contextualizar a palavra e apreender-lhe o sentido é a mundividência judaica em que o anúncio do reino de Deus surge no horizonte da pregação de Jesus (Mc 1, 15; Mt 4, 17). A Palavra de Jesus, tal como a encontramos no *Evangelho*, não tem por objeto primeiro revelar-nos ideias ou acontecimento, mas falar-nos de Deus: ultrapassa, portanto, uma coletânea de fórmulas e é muito mais do que um conjunto de ideias soltas e ocorrências, por mais ou menos significativas que sejam, superando desta feita a experiência humana. S. Paulo recorda-nos que, tendo chegado a plenitude dos tempos, Deus, que se revelara paulatinamente no devir da História de Israel, decidiu revelar, na e pela figura Jesus, o seu projeto para a humanidade (Gal 4,5). “Com efeito, enviou o Seu Filho, isto é, o Verbo eterno, que ilumina todos os homens, para habitar entre eles e manifestar-lhes a sua vida íntima (Jo 1,1-18; *Dei Verbum* 4). Podemos, assim, concluir que “o contexto mais amplo da palavra, no Evangelho, é a História da Salvação que Deus concebeu e operou para a humanidade. Queremos com isto afirmar que o *Novo Testamento* está latente no *Antigo*, ou seja, o *Novo Testamento* só se entende à luz do *Antigo*” (RODRIGUES, 2004, p. 16).

2.5 ATOS ILOCUTÓRIOS DECLARATIVOS

Um ato ilocutório declarativo refere-se a um ato de fala, cuja declaração *per se* altera a realidade ou o estado das coisas. No *Novo Testamento*, na sequência das narrativas da criação, os atos ilocutórios declarativos, postos na boca de Jesus, tornaram-se apanágio da pregação levada a cabo pelo Nazareno. No Evangelho de João, a expressão “Palavra de Deus” torna-se sinônima de outra: “Palavra do Senhor”, que é o mesmo que dizer “de Cristo” (LEON-DUFOUR, 1972, p. 325). No prólogo do Evangelho de S. João (Jo 1, 1-18), torna-se clara a ação criadora de Deus exercida através da palavra (Jo 1,3). O “início” do Verbo que se manifesta constitui o princípio da gênese da criação, onde a *Dabar* aparece como o agente divino pelo qual Deus comunica e estabelece relações com o homem (LEON-DUFOUR, 1972, p. 325).

Jesus de Nazaré, protagonista da Palavra-revelada, recorre à linguagem do seu povo, para comunicar, fundamentalmente, com palavras os conteúdos da Boa Nova de que é portador. Ao longo dos quatro evangelhos, aparece com alguma regularidade o modo imperativo. “Embora a palavra ‘imperativo’, esteja ligada, pela origem, ao latim *imperare* ‘comandar’, não é para ordem ou comando que, na maioria dos casos, nos servimos desse modo” (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 474). Independentemente da observação produzida por estes autores, ao longo dos *Evangelhos* é recorrente o uso do modo imperativo justamente para dar ordens. Esse uso reveste o seu autor de uma autoridade singular: as suas palavras são autênticas ordens. Vejamos alguns exemplos.

É sintomático que a primeira cura de Jesus, acontecida em Cafarnaum, assuma os contornos de um exorcismo. É pelo uso da palavra que Jesus intimida o espírito imundo, ordenando-lhe: “cala-te e sai deste homem!” (Mc 1, 26). Perante esta ordem de Jesus, proferida com autoridade, todos ficaram estupefactos, de tal forma que todos se interrogaram e perguntaram uns aos outros: “que é isto? Um ensinamento novo, e feito com autoridade; ele manda até nos espíritos imundos, e eles obedecem-lhe” (Mc 1, 27).

A mesma palavra de Jesus, agora dirigida às forças da natureza, assume os contornos inequívocos de uma ordem dada diretamente ao mar e ao vento, no contexto dramático de uma tempestade ameaçadora: “cala-te, aqueta-te” (Mc 4,39), o vento acalmou e o mar ficou sereno. “Sentiram então um grande terror, e diziam uns aos outros: quem é este a quem até o mar e o vento obedecem?” (Mc 4, 41).

Ocorrência análoga acontece também com o incidente dos gesarenos e do homem que pela palavra de Jesus conheceu a libertação de um demônio que o atormentava: “sai desse homem, espírito impuro!” (Mc 5,8), o homem ficou curado e livre do mal que o angustiava e “o pânico apoderou-se deles (...) começaram então a rogar-lhe que se retirasse da região” (Mc 5, 15.17).

À ordem emanada do imperativo saído da boca de Jesus: “*Effethá*” (abre-te), foi com espanto geral de todos que viram o surdo recuperar a audição e começar a falar com toda a loquacidade (Mc 7, 35). No acontecimento que envolveu a ressuscitação de Lázaro, que há três dias jazia no sepulcro, vimos acontecer o triunfo da vida sobre a morte em perfeita obediência à palavra de Jesus: “Lázaro, sai para fora” (Jo 11, 43). Lázaro obedece, assim, à ordem de Jesus e para espanto de todos, o defunto cumpre escrupulosamente a referida ordem.

Nos Evangelhos, a palavra apresenta-se como força dinamizadora capaz de operar milagres: funcionam como sinais da presença do reino (Mt 8, 8-16; Jo 4, 50-53) e no plano operacional são consequência ou efeito a palavra, tal como Rodrigues refere:

Jesus “diz” e segue-se o efeito imediato do ato declarativo, cuja natureza é precisamente a capacidade de alterar o estado de coisas do mundo, tal como no livro do Génesis, à palavra “*fiat*” (faça-se) se produz o respetivo efeito criador (Gn 1, 3. 6. 9.11. 14. 24) (RODRIGUES, 2004, p. 18).

A Dabar aparece ao longo da *Bíblia* (*Antigo e Novo Testamento*) como agente criador. Cria não só um novo ser, mas “cria” igualmente um novo relacionamento entre os seres. Expressões como “odeio-te” ou “eu amo-te” só se compreendem no contexto dialógico de uma relação entre um “eu” e o “tu”. O primeiro força o segundo a decidir-se, a tomar partido, a responder ao outro, a existir, que quer dizer, literalmente, “sair de” este lugar onde “estou parado” (CARPENTIER, 1980 p.15).

Os exemplos acima apresentados, em oposição à palavra dos profetas que falavam do reino de Deus como uma realidade situada no futuro, indicam que Jesus inaugura por palavras e sinais o reino de Deus.

2.6 A PALAVRA É LUZ QUE REVELA

A Palavra é, por excelência, um instrumento profundamente epifânico, revela-nos simultaneamente o mistério do homem e o mistério de Deus: Deus toma a palavra e o homem, por sua vez, pode escutá-lo. A palavra surge-nos, assim, como constituinte definidor, quer de Deus, quer do homem: o homem e Deus surgem ao longo da *Bíblia* como entidades capazes de comunicar. “Quando o Verbo se fez Homem, em Jesus, esse é o filho de Deus Pai e não apenas o programa de Deus. Ele é a Palavra que brota das entranhas de Deus” (POLICARPO, 2000, p. 30).

A Palavra é, neste contexto joânico, eterna como Deus é eterno, tal como S. João a apresenta no prólogo do IV Evangelho: “no início existia o Verbo, o Verbo estava junto de Deus, o Verbo era Deus” (Jo 1,1). Portanto “a palavra eterna de Deus comunica o insondável amor do coração divino” (POLICARPO, 2000, p. 30).

Jesus faz uso da Palavra para anunciar a Boa Nova (Mt 4,33), revelando, através de parábolas, o mistério do Reino de Deus (Mt 13, 11). As palavras que Jesus proclama são as palavras do Pai (Jo 8, 28). Daí que, as palavras de Jesus sejam espírito e vida (Jo 6,63). O mistério da palavra profética, inaugurada no *Antigo Testamento*, alcança, em Jesus, o perfeito cumprimento. Nunca foi tão claro que acolher a palavra não é só abrir-se a uma mensagem, mas abrir-se a uma pessoa, encetando com ela a aventura radical do encontro na comunhão: “a todos aqueles que o receberam, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus, eles que acreditaram no seu nome e que, nem o sangue, nem o querer da carne, nem o querer do homem, mas Deus gerou” (Jo 1, 12-13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos conceituais e ao longo dos tempos é-nos dado a conhecer “uma panóplia muito diversificada de definições relativas ao conceito de palavra, (...). Todavia, a ausência de uma definição satisfatória de palavra é reiterada por linguistas de todas as escolas” (ARAÚJO, 2011, p. 61). Porém, Greimas (2002, p. 29) salienta que “depois de 1930, não se encontra nenhuma definição satisfatória de palavra”. Autores como Samovar e Porter (1993, p. 13) destacam que “(...) o significado das palavras está sujeito a uma variada gama de interpretações”, e na perspectiva de Inês Sim-Sim (1998, p. 109) “falamos através das palavras, as quais são a face visível de conceitos subjacentes”.

Hall, por sua vez, afirma que “as práticas orais são eventos de fala, pois são configurações socioculturalmente convencionais de interações face a face, através das quais e pelas quais os membros de um grupo se comunicam” (HALL, 1993, p. 145).

A linguagem pode ser considerada “como um código lógico dissociado de ações sociais e culturais. Aprendemos e ensinamos o código para que os indivíduos lancem mão deste quando precisarem comunicar-se” (SARMENTO, 2004, p. 1). Enquanto a palavra comunicação, etimologicamente, evoluiu do verbo latino *comunicare* (comunicar), que

significa tornar comum bens materiais, espirituais, ou afectivos, como se fosse uma partilha. Mais tarde o conceito evoluiu para a acção ou atitude de entrar em relação com alguém, realçando os laços entre os indivíduos através da palavra. Nos dias de hoje, comunicar deixou de se limitar á palavra, passando para o gesto, para o corpo, para o sinal, para técnicas como a publicidade, as relações públicas ou mesmo as estradas (quando se fala em vias de comunicação). Actualmente a palavra está tão banalizada que qualquer coisa que façamos para transmitir uma passagem do indivíduo ao colectivo é comunicar (MOUTINHO, 2000, p. 127).

Sem querermos concluir, podemos afirmar que a Deus jamais alguém o viu e que a Palavra é um meio privilegiado de acesso a Deus. Para o *Novo Testamento*, a graça é toda a manifestação da generosidade do amor, mas a verdade, nos escritos joânicos, parece designar a realidade de Deus, comunicando-se esta, ao homem, pela Palavra.

Desta revelação de Jesus como Palavra, resulta também a sabedoria e, finalmente, a presença de Deus com o homem. A Palavra de Deus aparece-nos, assim, identificada com o *Evangelho*, tal como a concebe S. Marcos: a palavra que Jesus anuncia e propõe como projeto de vida é Ele próprio. Na mesma sequência, S. João, no *Apocalipse*, faz a identificação de Jesus com a Palavra de Deus, particularmente na grande visão do capítulo XIX. O cavaleiro vitorioso e glorioso, com as vestes ensopadas em sangue, aparece no céu, e o seu nome é: Palavra de Deus.

Heidegger (1889-1976), lembra-nos que “a linguagem é a casa do ser”, ou seja, pela linguagem o ser humano é capaz de estabelecer uma relação com o seu semelhante. Neste sentido, podemos definir o homem como um ser comunicante. Enquanto instrumento de comunicação, a palavra é, porventura, nesta simbiose de relações, o meio mais eficaz no relacionamento humano. Heidegger, na obra *Carta sobre o humanismo (Über den humanismus)*, escrita em 1946, refere que “De acordo com a sua Essência, a linguagem é a casa do Ser, edificada em sua propriedade pelo Ser e disposta a partir do Ser. Por isso

urge pensar a Essência da linguagem numa correspondência ao Ser e como uma tal correspondência, isto é, como a morada da Essência do homem” (HEIDEGGER, 1998, p. 55).

Nas páginas dos *Evangelhos*, particularmente em João, as palavras divina e humana encontram a síntese em Jesus de Nazaré, ou seja, de acordo com o axioma da teologia cristã que identifica a figura de Jesus como “verdadeiro Deus e verdadeiro homem”, Jesus apresenta-se como o LÓgoj (Verbo). Assim, Jesus, além de mensageiro da palavra de Deus, é a Palavra de Deus.

Em Jesus de Nazaré, *Deus deixa de tomar a palavra*, para se converter em *Palavra de Deus*. Tal palavra tem sempre como destinatário o homem, por isso, ela é humana, porque foi dita “pelo homem” e “para o homem”.

Pelo fato de ser palavra humana, pudemos identificar as principais características da linguagem, nas páginas dos *Evangelhos*.

O contexto é um elemento fundamental do ato comunicativo, por isso, tentamos situar a palavra no seu *habitat*, pois texto sem contexto é um pretexto. O Evangelho só se pode compreender no contexto da “História da Salvação”, e, as palavras de Cristo encontram o seu *sitz im leben*, no anúncio do reino de Deus.

Finalmente, a palavra, por um lado, revela-se como força criadora, na medida em que aos atos declarativos se seguem os efeitos da mesma palavra proferida com autoridade; por outro, a palavra manifesta-se como elemento revelador do mistério de Deus ao homem.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carla Barreiro. O lugar das palavras na Aula de Língua Materna. *EDUSER - Revista de Educação*, v. 3, n. 2, p. 60-81, 2011.
- BEINERT, Wolfgang. *Introducción a la Teología*. Barcelona: Herder, 1981.
- BÍBLIA Sagrada. 6ª ed. Lisboa: Difusora Bíblica, 1973.
- BOUYER, Louis. *Le fils éternel*. Paris: Editions du Cerf, 1974.
- CARPENTIER, Etienne. *Para uma primeira leitura da Bíblia*. Lisboa: Difusora Bíblica, 1980.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição dogmática sobre a Revelação Divina Dei Verbum*, 4. Braga: Editorial A. O., 1987.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Linddley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 21.ª ed. Lisboa: Figueirinhas, 2013.
- CURY, Augusto. *O Semeador de Ideias*. Lisboa: Planeta, 2011.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sémantique structurale*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.
- HALL, Joan Kelly. The role of oral practices in the accomplishment of our everyday lives: the sociocultural dimension of interaction with implications for the learning of another language. *Applied Linguistics*, v. 14, n. 2. Oxford University Press, p. 145-166, 1993.
- HEIDEGGER, Martin. *Carta sobre o Humanismo*. Lisboa: Guimarães & Cª Editores, 1998.
- LÉON-DUFOUR, Xavier (Org.). *Vocabulário de teologia bíblica*. Rio de Janeiro: Editorial Vozes, 1972.
- MANNUCCI, Valério. *BÍBLIA Palavra de Deus*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.
- MONDIN, Batista. *O Homem, quem é ele? – Elementos de antropologia filosófica*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1980.

MOUTINHO, Ana Viale. A Comunicação dirigida e os meios de comunicação. *Mealibra*, 6, p. 127-130, 2000.

POLICARPO, Dom José. *Palavra e Vida*. Lisboa: Grifo, 2000.

REI, José Esteves. *Retórica e práticas de produção textual na sociedade e na escola. Contributos para a didáctica da escrita no final do ensino secundário-início do superior*. 768 fls. Tese (Doutoramento em Didáctica das línguas / Língua Materna: o Português) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 1996.

RODRIGUES, João Bartolomeu. *Da linguagem à Comunicação do Evangelho*. 196 fls. Tese (Mestrado em Cultura Portuguesa) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2004.

ROMAN, Jacobs. *Essais de linguistique générale. 1. Les Fondations du langage*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1963.

SAMOVAR, Larry A.; PORTER, Richard E., EDWIN, R. McDaniel. *Intercultural Communication: A reader*. Belmont: CA, p. 1-25, 1994.

SARMENTO, Simone. Ensino de cultura na aula de língua estrangeira. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 2, n. 2, p. 1-22, 2004.

SCHÖKEL, Alonso. *La Parola inspirata*. Brescia: Queriniana, 1978.

SIM-SIM, Inês. *Desenvolvimento da Linguagem*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

VIANA, Fernanda Leopoldina; TEIXEIRA, Maria Margarida. *Aprender a ler: Da aprendizagem informal à aprendizagem formal*. Porto: Edições Asa, 2002.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.